



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12817 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

TERRITÓRIOS VIRTUAIS: MULHERES INDÍGENAS SATERÉ-MAWÉ E SUAS APROXIMAÇÕES DECOLONIAIS NAS REDES

Bruna Pollyana Almeida da Costa - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Marcos André Ferreira Estácio - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

TERRITÓRIOS VIRTUAIS: MULHERES INDÍGENAS SATERÉ-MAWÉ E SUAS APROXIMAÇÕES DECOLONIAIS PELAS REDES DA AMISM

O presente trabalho estuda as identificações/reafirmações do ser mulher Sateré-Mawé, a partir das investigações dos discursos midiáticos publicados nos perfis da Associação de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé (Amism), na internet. Os perfis, ativos nas plataformas sociotécnicas Instagram e Facebook constituem, portanto, nosso *corpus* de pesquisa, no qual, se veiculam perspectivas teórico-críticas da decolonialidade, em diálogo com os construtos de Grosfoguel (2010), Mignolo (2020), Quijano (2000, 2002, 2005, 2010) e Maldonado-Torres (2010, 2020). Expressamos, a partir dos resultados e das análises realizadas, que as pesquisas em educação podem contribuir para o processo de visibilização das identidades-identificações do ser mulher Sateré-Mawé nas redes sociais. Sobretudo, nas perspectivas das novas 'redes de mobilização', que de acordo com Milhomens (2022), (re)afirmam a ocupação-territorialização decolonial por meio da produção e distribuição de discursos ciberéticos nas redes. Conectamos o trabalho desenvolvido pelas Sateré-Mawé da Amism ao caráter epistêmico de pesquisa da decolonialidade e do etnociberativismo, estabelecendo conexões epistêmicas entre a educação e os estudos culturais, os quais contribuem para a visibilização das construções das identificações do ser Sateré-Mawé nas redes sociais, e também com a difusão das possibilidades de formações-utilizações da comunicação a partir das lideranças que compõe um novo movimento social, agora dialogando nos espaços-territórios da web.

Palavras-Chave: Sateré-Mawé, Etnociberativismo, Decolonialidade.

EM BUSCA DE CAMINHOS DECOLONIAIS: UMA INTRODUÇÃO

A linguagem parece ser um dos mais importantes instrumentos condutores das relações sociais em todos os períodos históricos. Por meio dela, podemos acompanhar as inúmeras mudanças constituídas a partir de determinados discursos ao longo do tempo. No entanto, a ideia de que certos discursos se constituem, na prática, enquanto as expressões materiais de um ideário hegemônico do sistema de poder como o capitalismo, não anula a

busca da pesquisa científica por novos caminhos, nos quais se incluem os alternativos decoloniais.

Por proposta de debate, trazemos a decolonialidade presente nos discursos dos movimentos sociais, e as epistemologias desenvolvidas no sul, que vêm ‘solicitando’ a participação de novos teóricos que defendem-na, a partir de uma perspectiva de diálogo intercultural crítico com as demandas-questões indígenas nas ‘amazônias’. Para isso, o processo de decolonização das epistemologias dos cânones ocidentais, precisam ser ultrapassados, e os teóricos da decolonialidade, nos países considerados terceiro mundistas ou subalternos, vem realizando essas tarefas. Segundo afirma, Grosfoguel (2010, p. 456), “tomámos o partido da crítica decolonial, do diálogo com os grupos Sul-asiático/Latino-americano de Estados Subalternos e da necessidade de transcender epistemologicamente”.

Assim, os movimentos sociais dos quais as mulheres Sateré-Mawé realizam-participam, (re)constróem os conhecimentos de base ancestral das mulheres indígenas desse povo. E seguem uma tendência de protagonismos nas redes que vai para além das telas. Pois, é a partir das ‘redes de mobilização’ ou das suas bases simbólicas-culturais, que elas (re)afirmam as suas ancestralidades, cosmogonias, culturas, cosmologias e identidades-identificações do povo Sateré-Mawé. Elas também (res)significam-(re)constróem os seus modos de vivências-visibilizações, bem como os seus ativismos-protagonismos femininos e as suas ocupações-territorializações no vasto território das mídias sociais digitais na contemporaneidade.

A AMISM E O ATIVISMO INDÍGENA NAS REDES: DEMANDAS CONTEMPORÂNEAS

As publicações disponibilizadas nas redes sociais da Associação de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé, no ambiente virtual, se configuram como discursos, não somente sobre as (res)significações de ser uma mulher Sateré-Mawé na era contemporânea das redes sociais digitais. Mas, sobretudo, por representar a luta política de uma organização sem fins lucrativos, que há mais de 30 anos, reivindica direitos juntos as instituições do Estado brasileiro e do Amazonas.

A associação é liderada por mulheres Sateré-Mawé descendentes da Terra Indígena Andirá-Marau, área da Amazônia que faz divisa com o Amazonas e Pará e que compreende os municípios de Maués, Barreirinha e Parintins. Em mais de trinta décadas morando na área urbana e agora ocupando novos espaços, ainda que estes territórios já estejam em franca expansão capitalista, promover uma disputa por esses espaços para a tomada de controle das narrativas sobre os povos indígenas sendo contado através de suas próprias vozes, seja, uma forma de resistência epistêmica das ciencias sociais na Amazônia contemporânea.

A partir desses espaços, em especial os virtuais, uma série de possibilidades de análises epistêmicas, de caráter decolonial das postagens, podem ser associadas, bem como leituras críticas das representações dos números de interações-visibilizações entre as-os usuárias-usuários das plataformas que interagem nas redes com o perfil da Amism e

contribuem para as chamadas ‘redes de mobilização’ das mulheres da associação.

À medida em que aumentam as visibilizações-compartilhamentos e os protagonismos nos territórios virtuais a partir das análises recentes das plataformas sociotécnicas Instagram e Facebook, são anunciadas as atividades representativas e os compromissos políticos realizados por elas ao longo da semana. Nos *posts*, há o compromisso de expor as lutas sociais, as reivindicações políticas pela manutenção dos direitos básicos de seu povo.

COLONIALIDADES DO SABER, DO SER E DO PODER: UM MÉTODO

A partir de um olhar mais crítico sobre as relações entre a sociedade envolvente e os povos indígenas, ao longo das gerações, observamos falhas abissais, Santos (2010), em todas as estruturas e camadas sociais hoje, no Brasil. No que se refere aos direitos das populações indígenas poucos direitos são de fato assegurados o que torna um prato cheio para as Colonialidades – do Ser, do Saber e do Poder – que, nas palavras de Maldonado-Torres (2010), se tornam projetos geopolítico-filosófico de método racista ou de manutenção-reificações dos racismos.

Definição que corrobora com as afirmações decoloniais das protagonistas da Amism da internet para o mundo natural. Tal ativismo pode ser compreendido enquanto reação às políticas hegemônicas coloniais do Ser, Saber e Poder que na sociedade. Visto que, na colonialidade do poder, há silenciamentos-aniquilações ou até mesmo apagamento das de certas diferenças entre as raças com a intenção de dominar e explorar as raças baseando-se pelo critério da cor das peles. E ainda que, a colonialidade do saber concentra o controle sobre os saberes e conhecimentos partilhados e compartilhados, os rituais (parte significativa das culturas hegemônicas dos brancos) ainda sobrepuja a extensão epistêmica da colonialidade do poder e os critérios da raça.

É nesse sentido, segundo Quijano (2002, 2005, 2010), que existe uma dominação societal baseada nessa ideia de divisão de classes pela raça, a qual se configura e se afirma neste sistema colonial como um padrão de exploração social por meio das colonialidades de poderes, seres e saberes entre os sujeitos. É diante desse ideário eurocêntrico e pretensamente hegemônico, que as relações sociais entre indígenas e não indígenas se padronizam e se naturalizam, sobretudo, no Brasil.

Oportuno destacar essa categoria de raça, associada à de identidade, que nas palavras de (QUIJANO, 2005, p. 117-118), se estabelecem “como uma nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo: o capitalismo mundial”, uma vez que, “a ideia de raça, em sentido moderno, não tem história conhecida antes da América”, tão pouco a discussão sobre o fator raça, enquanto sistema de exploração para o trabalho pela sociedade eurocêntrica moderna durante o período moderno que compreende as primeiras invasões à América até os dias atuais.

As mulheres da Amism além do trabalho-resistência, também realizam o trabalho-

comércio de artesanatos, o qual está sendo aliado aos interesses de promover uma visibilização e educação social, além de se afirmarem como mulheres Sateré-Mawé ou Sateré-Mawé também nas redes virtuais. Assim, as identidades-identificações e os pertencimentos Sateré-Mawé, potencializam e ratificam as diversas práticas etnoativistas e/ou etnociberativistas já produzidas por elas dentro do movimento.

A partir do que já foi divulgado pela página virtual @amism_sateremawe, destacamos o seguinte trecho da fala da ativista Sâmela Sateré-Mawé (tesoureira da Amism neste período) anuncia-divulga nas redes da Amism, um discurso político com características decoloniais. Ela afirma o seguinte:

Estamos em 2022 e muita gente ainda acha que o dia 19 de abril é dia do índio. Mas nós, povos indígenas sabemos que isso é só uma reprodução dos estereótipos que caem sobre os povos indígenas. Até a deputada federal Joenia Wapichana já propôs um projeto de lei para alterar o nome para o dia dos povos indígenas. O problema com esse nome-data é que ele relativiza toda a diversidade dos nossos povos a um só. E ainda usa termos pejorativos e estereotipados que recriminam a nossa identidade até hoje. E isso é reproduzido principalmente nas escolas. Por isso, não é dia de comemoração e fantasia. São tempos de reflexão e luta. Um exemplo de luta é a mobilização que fazemos nesse mês na luta pelos nossos direitos, que é o Acampamento Terra Livre. E lembre-se: nossos povos vivem e existem a muito tempo antes da invasão não só em uma data. Abril é o mês da resistência (SÂMELA SATERÉ-MAWÉ, AMISM, 2022).

Compreendendo a fala da ativista social a decolonialidade está em mobilizar a comunidade virtual para uma ruptura ontológica entre o pensamento colonial de um ‘índio genérico’ na sociedade e estabelecer diálogos a partir do trabalho dessas lideranças indígenas representadas PELAS-pelos jovens ativistas nas redes. O material-discurso foi veiculado em abril de 2022, com o intuito de fomentar uma ‘rede de mobilização’ (MILHOMENS, 2020) para o problema do ‘nome-data’ que restringe o ‘dia do índio’ apenas a uma definição genérica dos povos e populações.

O vídeo produzido pelo coletivo, visa desconstruir o entendimento sobre o termo pejorativo e estereotipado de ‘dia do índio’. O material está disponível na sessão reels da plataforma sociotécnica Instagram e representa um combate a fixidez-relativização das identidades-identificações e das diversidades dos povos e populações indígenas a somente uma: o ‘índio genérico’.

Em seu discurso, a ativista Sâmela Sateré-Mawé, apresenta o caráter educativo, didático e decolonial das suas afirmações e contribui para a emergência de pautas, o aumento de compartilhamentos-engajamentos e o (re)conhecimento a respeito das ações e das pautas-demandas dos povos e populações indígenas. E isso ocorre de modo articulado com a defesa de outras demandas sociais na internet, em especial com movimentos sócio-políticos que ocorrem no Brasil. Essas (res)significações estão em permanente (re)construção, a partir dos interesses e atravessamentos vividos pelas mulheres da Amism.

No entanto, é certo que as mídias digitais são espaços midiáticos sustentados-

controlados pelo capitalismo, pretensamente hegemônico, branco, homem, heteronormativo... Logo, não podemos perder a noção de que tais visibilizações, não representam, por si só, a ocupação de um espaço-tempo sem controle, e a alternativa única e importante de visibilização das questões-demandas indígenas.

Pois, tais estruturas de relação-interação são lógicas de produção-controle, conforme já afirmava Quijano (2005). E enquanto territórios digitais, trazem, subjetiva e objetivamente, as marcas-ações das colonialidades.

ÚLTIMOS CLICKS: CONSIDERAÇÕES QUE NÃO SE ESGOTAM

As análises não se esgotam aqui, tampouco as perspectivas para futuros projetos aliados aos estudos decoloniais e aos novos ativismos. O chamado etnociberativismo é uma nova nomenclatura discutida por novos teóricos dos estudos sociais diante democratização globalizante e capitalista dos espaços virtuais e das redes sociais como conhecemos atualmente. Com isso, problematizar as construções (re)afirmativas sobre o processo de identificação do ser Sateré-Mawé, a partir do perfil da Amism, parece ser o início de um amplo debate sobre a construção de uma educação decolonial que ouça as vozes dos povos indígenas a partir das redes sociais.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Milena Fernandes. **Rotas críticas das mulheres Sateré-Mawé no enfrentamento à violência doméstica: novos marcadores de gênero no contexto indígena.** EDUA, Manaus, 2015.

GROSGOQUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade pensamento de fronteira e colonialidade global.** In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** São Paulo, Cortez, 2010.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento.** Modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** São Paulo, Cortez, 2010.

MALDONADO-TORRES, Nelson. BERNARDINO-COSTA, Joaze. Grosfoguel. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** Belo Horizonte, Autêntica, 2020

MILHOMENS, Lucas. **Comunicação, questão indígena e movimentos sociais: reflexões necessárias.** Alexa Cultural, São Paulo; EDUA, Manaus, 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas.** Editora CLACSO/UNESCO, Buenos Aires, 2000.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo, Cortez, 2010.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade, poder globalização e democracia**. Novos Rumos. n. 37. 2002.

SARTORETTO, Paola Madrid. CAFFAGNI, Lou Guimarães Leão. Da representação cultural à mudança estrutural: o problema da comunicação indígena no Brasil. In MILHOMENS, Lucas. **Comunicação, questão indígena e movimentos sociais: reflexões necessárias**. Alexa Cultural, São Paulo; EDUA, Manaus, 2022.

TORRES, Iraildes Caldas. **Mulheres Sateré-Mawé**. A epifania de seu povo e suas práticas sociais. Editora Valer: Manaus, 2014.

[1] Fonte: @amism_sateremawe.